

Miranda, Álvaro de, Braga, Teófilo (eds.) (2024). *A família Miranda e os Açores, Resistência e multiculturalismo*. Ponta Delgada: *Letras Lavadas*, 228 p., ISBN 978-989-735-516-5

Na já numerosa literatura memorialista sobre a resistência e luta pela democracia durante o Estado Novo, este livro é inovador no seu objecto e veio ocupar um espaço até agora vazio. Creio que não existe nenhuma outra obra sobre uma família e a sua relação conjunta com a resistência ao Estado Novo, ainda que naturalmente existam outras famílias com similar envolvimento, como tem sido transmitido em programas televisivos. A junção do multiculturalismo e anticolonialismo à resistência democrática torna este caso mais invulgar. A história da família Miranda decorreu entre Ponta Delgada, Goa, Lisboa e Londres. O livro divide-se em duas partes: a primeira parte compreende um conjunto de textos escritos por Álvaro de Miranda e, além do capítulo acerca da história da família, inclui outros dois, um acerca da sua relação com os Açores e um terceiro em que analisa a sua atividade política e sindical em Inglaterra. A segunda parte agrupa em capítulos separados, textos da autoria dos outros três membros da família, Lúcio de Miranda, o pai de Álvaro, Sacuntala de Miranda, sua irmã e Fédora de Miranda, sua mãe, precedidos por breves mas úteis introduções de Teófilo Braga, coorganizador do livro. Analisar cada um dos textos não seria nem adequado nem possível. Optei por uma perspectiva sintética em torno dos dois temas centrais: resistência e multiculturalismo, abrangendo o conjunto da família e neles destacando o percurso de cada um.

A questão de Goa desempenhou um papel central no percurso de vida da família Miranda. A conjuntura política em Portugal a seguir à libertação de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 esteve na origem de uma profunda fractura na vida da família Miranda. Face a este acontecimento, um golpe grave para a construção imperial portuguesa, o Estado Novo promove em todo o

país, manifestações de repúdio pela chamada «ocupação» destes pequenos enclaves do Estado Português da Índia, e naturalmente também em Ponta Delgada e no próprio liceu onde Lúcio de Miranda era um prestigiado e amado professor de matemática. Sentindo-se pressionado diretamente para manifestar a sua concordância com a política colonial do governo, Lúcio de Miranda escreveu uma carta de demissão e partiu para Londres em 1955. O seu projecto era juntar-se aos *Freedom Fighters* em Bombaim, o que não foi possível por falta de apoio da *Goa League* e outras entidades. Lúcio de Miranda veio a ser convidado para o cargo de ministro de educação aquando da constituição de um governo autónomo de Goa, integrado na União Indiana. Já era então professor de matemática numa escola pública em Londres. Não ousou submeter a família a nova mudança de vida.

Lúcio

A atitude de Lúcio de Miranda, o pai de Álvaro de Miranda, goês pertencente à elite católica, tem raízes anteriores e profundas. Lúcio era desde longa data partidário da independência da Índia e um democrata. Apoiara a candidatura de Norton de Matos pela oposição democrática à candidatura à presidência da República em 1949. Tinha uma formação cultural portuguesa, europeia e indiana. Em Coimbra, onde estudara, conheceu outros goeses e terá constituído com eles um pequeno grupo político, defensor da independência. Em 1936, colocado em Ponta Delgada como professor de matemática, editou um livro intitulado *A Índia e os indianos*, com as biografias de Gandhi, Rabindranath Tagore e Buda. Pertence ao capítulo sobre Tagore um dos seus textos publicados no livro. Deu um nome indiano à sua filha, o que era raro entre a elite católica. A estadia entre 1938 e 1942 em Goa, onde tinha pensado instalar-se, coincide com o renascimento do movimento de independência goês, que fora fundado em 1928 por Tristão da Bragança e Cunha, como relata Gaitondé. Nas suas memórias, Sacuntala de Miranda recorda as animadas conversas entre o pai e seus irmãos acerca da evolução na Índia e o seu sentimento nacionalista, nesses anos. De seu pai, Sacuntala de Miranda herdaria o gosto pela cultura indiana, que a marcou e até à sua filha, que deu igualmente um nome indiano à sua filha, neta da Sacuntala. Ambos, pai e filha, escreveram estudos sobre Goa, incluídos neste livro.

Escritos em conjunturas diferentes, o estudo de Lúcio em 1960, foi publicado no boletim da *Goa League*, o de Sacuntala, um inédito, terá resultado da sua estadia em Goa, em 1990, em período sabático, com o apoio da Fundação Oriente, como refere nas *Raízes*, o 2º volume das suas memórias. São ambos interessantes e completam-se. A Lúcio, escrevendo um ano antes

da integração de Goa e outros territórios na União Indiana, interessou sobretudo mostrar que esta região era parte integrante da Índia seja do ponto geográfico, do ponto demográfico e cultural. Apenas uma minoria falava e escrevia em português e havia muito mais alunos nas escolas inglesas de Goa ligadas a Bombaim do que nas escolas portuguesas. A religião católica era igualmente minoritária. Todas estas afirmações são acompanhadas de dados estatísticos oficiais. Salienta também a difícil relação entre o Estado central de Portugal e a elite goesa ao longo do tempo, como o atesta o facto de várias tentativas de nomear governadores pertencentes à elite goesa hindu esbarrarem sempre na violenta e imediata rejeição pela elite católica.

Sacuntala de Miranda

Cerca de três décadas mais tarde, o estudo de Sacuntala de Miranda debruça-se essencialmente sobre a história da resistência ao Estado Novo em Goa, com referências aos breves períodos de liberdade, como durante a 1ª República. Sublinha, tal como Lúcio, a influência indiana nas escolas inglesas, onde os professores eram hindus. Surpreendente é a sua nota final sobre a existência de dois deputados goeses na Assembleia Nacional Portuguesa após a integração de Goa na União Indiana e a permanência nos manuais de geografia do mapa da Índia portuguesa até ao fim do Estado Novo. A função decisiva da ligação entre os movimentos de libertação goês e africanos, que aqui destaca, é também geralmente desconhecida. Aliás, nos últimos tempos, pode dizer-se que a questão de Goa no seu conjunto tem sido esquecida. Ora, o caso de Goa, com o desfecho dramático para o exército português, desempenhou um papel relevante nas forças armadas envolvidas nas guerras em África. Foi o destino que rejeitaram.

Sacuntala de Miranda foi a primeira pessoa da família que conheci. A sua vida ficou espartilhada entre Lisboa, Londres e Argel. Ouvi falar dela antes de a conhecer, creio que estaria retida nos Açores, após a sua prisão no aeroporto de Lisboa por ter ido esperar, com muitas outras pessoas, Maria Lamas, regressada de um Congresso pela Paz em Helsínquia. No meio dos estudantes democráticos, ela aparecia como uma heroína, exactamente o contrário do que aconteceu em Ponta Delgada onde ela foi vista, segundo nos conta num texto que está neste livro, como «uma vergonha para a família». A imagem negativa difundida acerca das pessoas que ousavam de forma clara enfrentar a política do Estado Novo é referida várias vezes neste livro. Foi o caso também do Lúcio de Miranda, cuja partida dos Açores foi ali vista como um abandono, ou de Fédora Miranda depois da campanha de eleitoral de 1969. No continente sucedia exactamente o mesmo.

Conheci a Sacuntala desde a nossa juventude até ao fim da sua vida. Quando eu a conheci, eu era calouira e ela finalista do curso de Histórico-Filosóficas da Faculdade Letras, pertencia ao MUD juvenil, a que também vim a aderir, e encontramos-nos várias vezes nomeadamente na comissão da juventude da campanha presidencial de Humberto Delgado. Nas suas *Memórias de um peão* deixou-nos um testemunho da sua atividade política até ao 25 de Abril, entre Lisboa, Londres e Argel. Este livro foi uma pedrada no charco, porventura o primeiro livro de memórias de uma resistente democrática, escrito primorosamente como sempre fazia. Tinha uma grande facilidade de escrita. Os seus manuscritos, com uma letra bonita e legível, raramente tinham correções. Este primeiro volume das suas memórias, bem merecia ser reeditado, juntamente com o segundo volume de edição póstuma.

A sua vida sofreu um grande corte em 1960, quando decidiu ir para Londres para se reunir à família. Sentia-se cercada ideologicamente no Liceu onde ensinava em Lisboa. A situação dos pais já estava estabilizada e o seu irmão também já se tinha reunido a eles. A sua estadia em Londres transformou-se em exílio quando o governo português lhe negou a renovação do passaporte, o que a conduziu a solicitar e a obter o estatuto de refugiada política. Creio que foi o único membro da família a perder a nacionalidade portuguesa e tornar-se apátrida. Viria a recuperar a nacionalidade em 1969, com a abertura marcelista, quando tentou reinstalar-se sem sucesso em Lisboa. Apenas regressaria após o 25 de Abril. Saberá aproveitar este longo exílio, de 1960 a 1974, para tirar o curso de sociologia e viria a ensinar na Universidade Essex.

Retomara, entretanto, sua atividade política contra o Estado Novo, reunindo-se a outros portugueses exilados, no GPDI, em que o seu pai e seu irmão Álvaro, muito mais novo, já participavam. A sua dedicação à resistência anti-salazarista levou-a até Argel onde lhe parecia poder ter uma intervenção mais significativa. Depressa se desiludiu e regressou a Londres. A sua atividade política daí em diante vai orientar-se em vários sentidos complementares e sempre acompanhada por Álvaro de Miranda. Com alguns membros do GPDI e outros intelectuais que entretanto chegaram a Londres, envolveram-se ambos na constituição da Liga do Ensino e da Cultura portuguesa, similar à que já existia em Paris, vocacionada para a ajuda aos emigrantes que, entretanto, tinham começado a afluir em quantidade a Londres. Reconhecendo os limites desta acção, Sacuntala e Álvaro, juntamente com outros portugueses exilados, reorientaram o seu esforço para conseguir a sindicalização dos trabalhadores.

Após o 25 de Abril, continuaria a ter atividade política, mas entretanto ingressa na Universidade Nova de Lisboa, como professora e isso deu-lhe a possibilidade de retomar o trabalho de historiadora. Escreveu vários

livros, cada um deles um marco nas temáticas abordadas e que abrangem o desenvolvimento económico, o ciclo da laranja, a emigração, os motins populares, «os alevantes» nos Açores, entre outros temas. Esperemos que em breve a reedição dos seus principais trabalhos venha a ser viável.

Álvaro de Miranda

A iniciação política de Álvaro fora precoce, a sua primeira intervenção política ocorreu ainda nos Açores, quando aos 15 anos distribuiu folhetos da candidatura presidencial de Humberto Delgado, campanha dirigida em Ponta Delgada por António Borges Coutinho. Pouco depois, ainda em 1958, partiu para Londres a fim de reunir-se aos pais. Ali completou o ensino secundário e concluiu uma licenciatura em Física e ingressou na carreira universitária. Constituiu na Universidade onde lecionava, um Departamento de Estudos de Inovação, dedicado ao estudo da relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Escreveria alguns textos sobre o tema, de que não nos fala aqui. Álvaro de Miranda fala aliás pouco acerca dos seus escritos sobre vários assuntos, que teria sido interessante conhecer. Um curto curriculum de cada membro da família, com a indicação das suas principais publicações teria sido muito útil.

Álvaro é um luso-britânico, que permaneceu ligado a Portugal e redescobriu os Açores nos últimos anos. A sua formação política e cultural inicial deve-se em larga medida a seu pai, a António Borges Coutinho e a Sacuntala, sua irmã, em particular quando ela se reuniu à família em 1960. Naturalmente veio a singrar o próprio caminho, que descreve no seu texto neste livro intitulado “Antifascismo, anticolonialismo e sindicalismo em Inglaterra na década de 70”. Este texto é uma importante contribuição para a história do exílio português em Inglaterra, menos conhecido que o exílio português em França.

Álvaro de Miranda acompanhou desde muito novo o seu pai na participação no grupo de portugueses democratas em Inglaterra já mencionado. A questão colonial, cada vez mais premente, levou à colaboração do GPDI com movimentos contra o colonialismo português, a *Goa League*, orientação que caracterizou também o *Portuguese Students Committee* a que esteve ligado, e que colaborou com o *Committee for Freedom of Moçambique Angola and Guiné*. Dessa acção conjunta contra o Estado Novo e o colonialismo viria a resultar um comício com 1500 pessoas de apoio a Amílcar Cabral na visita a Londres a convite do CFMAG em 1971 e a grande manifestação contra Marcelo Caetano em Londres, que envolveu os sindicatos ingleses e elementos do Partido Trabalhista, cuja organização descreve com pormenor.

Notável foi o trabalho de sindicalização levado a cabo junto dos trabalhadores emigrantes da hotelaria, da restauração e hospitais. Não sendo possível a constituição de um sindicato apenas de portugueses, foi constituído o *International Workers Branch*, reunindo também espanhóis, turcos e outras nacionalidades. Foi graças ao trabalho «incansável» de Álvaro, como nos conta Sacuntala de Miranda nas suas memórias, atrasando a sua carreira universitária durante vários anos e tendo sido até preso num incidente durante uma greve, que a sindicalização dos trabalhadores estrangeiros foi possível e também a sua legalização, em particular no caso dos turcos.

Após o 25 de Abril, Álvaro de Miranda juntamente com um grupo de amigos, continuará a luta política, publicando um boletim inglês, *Our Common Struggle*, destinado a esclarecer a opinião pública inglesa acerca da revolução portuguesa. *A luta comum* foi a versão portuguesa dirigida aos emigrantes, a que nos anos seguintes se dedicaram. Este ano, Álvaro de Miranda juntamente com alguns portugueses, incentivou a celebração dos 50 anos e organizou uma excelente exposição numa biblioteca londrina de um bairro onde vivem portugueses.

Resistência nos Açores: Fédora de Miranda

Fédora de Miranda foi o membro da família que participou mais ativamente na resistência nos Açores. Dotada de uma forte personalidade, decidida e generosa, apoiando a atividade política dos outros membros da família, foi um alicerce fundamental, providenciando o seu sustento de forma dura durante a doença de Lúcio e após a sua dramática morte em 1962. Quando se proporcionou o regresso a Ponta Delgada em 1969, Fédora de Miranda teve pela primeira vez na sua vida, aos 59 anos, a oportunidade de se envolver a fundo na campanha eleitoral, em que de novo António Borges Coutinho, candidato a deputado, teria um papel central. Uma vez terminada a campanha, escreveu uma carta aos filhos, a pedido destes, descrevendo a sua experiência nesta campanha. Esta carta é um precioso documento histórico, pela descrição da evolução da campanha feita em pormenor. Ilustra com rigor as condições difíceis da oposição: desde a relutância das pessoas face ao risco de ser candidato à recusa encontrada no aluguer de salas. E face a tudo isso, retrata o entusiasmo e a dedicação extraordinária de uma minoria de militantes democratas, a inventividade nos métodos de propaganda e como, com poucos meios, se promoveu o despertar do entusiasmo na população e obtendo o sucesso dos comícios. A descrição da distribuição dos votos, por toda a ilha indo às aldeias mais

remotas, como o processo de reprodução de 30 mil nomes e suas moradas em 48 horas, relata-nos um feito notável. É um testemunho concreto do processo de recenseamento e da existência de boletins de voto por lista, obrigando a um imenso trabalho da sua distribuição individualizada, hoje difícil de imaginar. Era um método destorcedor do segredo de voto e da sua liberdade. Apesar de tudo isso, nestas eleições, a votação na oposição democrática em Ponta Delgada ficou em segundo lugar a nível nacional, logo a seguir a Setúbal, sendo de 22%.

Pela sua atividade política e pela palavra escrita, Lúcio, Sacuntala e Álvaro de Miranda fizeram naturalmente a ponte entre a resistência política e o multiculturalismo, de forma mais dramática no caso de Lúcio e de Sacuntala de Miranda. Só num momento único da sua vida, Fédora pode expressar publicamente a solidariedade implícita que desde sempre tivera em relação às causas defendidas pelos outros membros da família, que sempre acompanhou sem desfalecimento. Álvaro, mais novo, beneficiou de maior estabilidade e não viveu no Portugal salazarista. O seu combate decorreu num país democrático.

Ao escrever e organizar este livro sobre a história da família Miranda, Álvaro contribui para a melhor compreensão de dois universos: a sociedade do Estado novo e o universo dos exilados e emigrantes na Inglaterra. Trata-se de uma leitura indispensável, que se faz com gosto. Nos 50 anos da revolução de Abril, autor e editor escolheram um tempo certo para publicar a história desta família. Como escreveu Álvaro: «O progresso cultural é feito através da interacção de culturas. Não há culturas nacionais puras. Esta ilusão e a aspiração ao regresso ao passado, poderá trazer-nos de novo o fascismo, se não tivermos o cuidado de oferecer resistência».

MIRIAM HALPERN PEREIRA
Historiadora. Professora catedrática emérita
CIES | ISCTE-IUL

[texto escrito no antigo acordo ortográfico]

